



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

ATA N.º 4/2022

(CONTÉM 27 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 16 de setembro de 2022, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas 10 horas, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 20 de junho de 2022;
4. Minuta de protocolo e apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Sendim e Atenor, no âmbito das atribuições de competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
5. Apreciação do relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2022;
6. Aprovação do PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Miranda do Douro;
7. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Camilo António Vaz das Neves Raposo, Urbino Anjos Correia, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, António José Fernandes Ribeiro, Tiago Filipe Fernandes Martins e Paulo Augusto Rodrigues Barbosa.



Handwritten signature in blue ink, possibly 'E. Silva'.

O senhor presidente da junta de freguesia de Palaçoulo, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, foi substituído por Luz de Jesus Guerra João. O senhor presidente de junta de freguesia de Constantim, Tiago Filipe Fernandes Martins, foi substituído por Alcides António Pires Meirinhos.

Foram justificadas as faltas dos membros a seguir mencionados: Urbino Anjos Correia, Camilo António Vaz das Neves Raposo, António José Fernandes Ribeiro e Paulo Augusto Rodrigues Barbosa.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques dos Santos, Pedro Velho Ferreira, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Emanuel David Carção, Júlio Ricardo Gonçalves Miguel, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Clara Inês Lucas Martins, Vera Lúcia Alves Ruano, Fernando Vaz das Neves, Emanuel Pinto Bernardo, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Francisco José Carvalho Parreira, Luz de Jesus Guerra João, António Jorge Jacoto Lourenço, Lísis Fernandes Gonçalves, Alcides António Pires Meirinhos, Nélcio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, António Preto Mamede.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues e Vítor Manuel Vaz Bernardo.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros do Órgão Executivo:

Júlio Meirinhos Santana e Carlos do Nascimento Ferreira.

Confirmando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanásio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e quinze minutos.

1. Informações.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'JL' and 'A.A.'.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviessem, inscrevendo-se os seguintes: Jorge Jacoto Lourenço, António Manuel Marques dos Santos e Óscar João Atanázio Afonso.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço**, cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença dos representantes do Movimento das Terras de Miranda por todo o trabalho que têm feito pelas Terras de Miranda.

Apresentou um voto de pesar pela morte Professora Dr.^a Manuela Barros em julho de 2022 e um voto de reconhecimento por tudo aquilo que foi o seu trabalho em prol da Língua Mirandesa, uma vez que Manuela Barros publicou vários estudos em Língua Mirandesa e integrou a equipa responsável pela Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa em 1999, em representação do Centro Linguístico da Cidade de Lisboa.

Foi autora do livro "O Medronho", publicado em 2015 pela Associação Frauga de Picote, onde Manuela Barros esteve presente. Assim sendo, Jorge Lourenço deixou um voto de pesar e reconhecimento pelo trabalho que Manuela Barros desenvolveu em prol da Língua Mirandesa e que contribuiu para a publicação da Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa, que é o instrumento de valor desta língua e que nobelizou a escrita do Mirandês. Deixou uma nota de preocupação pela notícia sobre a convenção das albufeiras e afirmou ser uma preocupação o que se passa com a gestão dos caudais dos rios, nomeadamente do rio Douro.

Por último, apresentou um Voto de Louvor ao Movimento Terras de Miranda (MCTM) por todo o seu trabalho enquanto sociedade civil, referindo que tem feito um trabalho extraordinário na defesa dos interesses da Terra de Miranda e da sua região. Enquanto Presidente de Junta e Deputado Municipal, expressou o desejo de um Voto de Louvor e de Aclamação de todos os presentes pelo trabalho desenvolvido por este movimento e que ao longo dos tempos tem integrado um leque de várias personalidades, algumas das quais estão aqui presentes, nomeadamente o professor Dr. José Maria Pires, ilustre Mirandês, o nosso Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Óscar Afonso, entre outros, que têm contribuído para pôr em cima da mesa um conjunto de discussões de extremo interesse para o desenvolvimento da Terra de Miranda.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém se opunha aos votos propostos pelo Presidente da Junta de picote, Jorge Lourenço.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'JF' and 'est'.

O **Deputado António Santos** cumprimentou todos os presentes e concordou com o voto de louvor e de pesar referente à Dr.^a Manuela Barros. Expressou a sua opinião de que a Dr.^a Manuel Barros é uma pessoa reconhecida e de trabalho reconhecido no âmbito da defesa e preservação da Língua Mirandesa, pelo que afirmou plena concordância.

Relativamente ao Movimento Cultural Terra de Miranda, lamentou ter sabido pelas redes sociais que estariam presentes na Assembleia. Considera que os deputados municipais mereciam da parte do Senhor Presidente da Assembleia uma certa concertação, uma vez que foi acrescentado um ponto genérico - Plano estratégico para a Terra de Miranda - que em lado nenhum dizia que seria apresentado pelos elementos do MCTM. Afirmou não ter nada contra esta entidade, nada a opor, pelo contrário até, expressando o sentimento de que tanto os seus elementos como os deputados municipais mereciam essa consideração de saber que as coisas estavam devidamente acauteladas para a sua participação. Relativamente ao valor e ao empenho do MCTM, afirmou ter-se sempre solidarizado com o Movimento e com os seus objetivos. Continuou dizendo que, efetivamente, se havia passado por uma campanha eleitoral, onde o papel do MCTM teve o seu peso e que houve uma colagem clara ao PSD. Concorda inteiramente com a postura, com os interesses de salvaguarda da terra, pelo que a bancada do PS poderia aprovar por unanimidade um Voto de Louvor, mas expressou o sentimento de que não se encontrava preparado para o fazer, pelo que optaria pela abstenção.

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o Voto de Pesar e reconhecimento referente Dr.^a Manuel Barros, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Voto de Louvor referente ao Movimento Cultural foi aprovado por maioria com abstenção de António Marques, Alcides Meirinhos, Júlio Miguel, Lísis Gonçalves, Marcelino Antão, Emanuel Bernardo, Vera Ruano e Luz Guerra.

O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que tinha informado a secretária da Assembleia que o Movimento Cultural da Terra de Miranda (MCTM) estaria presente na sessão e que desconhecia a forma como este facto fora divulgado.

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal, tendo em consideração a preocupação mencionada pelo deputado Jorge Lourenço quanto à notícia da gestão dos caudais dos rios, nomeadamente do rio Douro, propôs que fosse aprovada uma Moção contra a atitude do Governo Espanhol de travar a transferência de água do rio Douro para Portugal, no mínimo, um Voto de Repúdio por parte da Assembleia Municipal de Miranda do Douro ou uma nota de Imprensa.



4.º
Eust

Depois de colocada a votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

O **Vereador Nuno Rodrigues** cumprimentou todos os presentes e interveio para responder ao deputado António Santos, afirmando que não sabia se o PSD se tinha colado ao MCTM ou se o MCTM se tinha colado à campanha do PSD, mas que, se tal aconteceu, possuía a certeza de que ocorreu para defender o concelho de Miranda do Douro. Continuando, disse não conseguir perceber a razão da afirmação do deputado António Santos, já que em campanha se aproveitaram todas as iniciativas valorosas e úteis para o concelho e que sempre se defendeu o bem comum.

O **Presidente da Assembleia** disse que o PS também se poderia ter colocado ao lado do MCTM mas decidiu não o fazer, sendo estas atitudes e escolhas de cada uma das forças políticas.

O **deputado António Santos** respondeu dizendo existem tempos para tudo, alguns tempos oportunos e outros não, mas que o facto é que existia essa história pelo meio e reafirmou a intenção de não votar favoravelmente, mas que essa posição não era independente dos resultados que se viessem a obter. Concluiu reafirmando que existia essa memória de trás e do impacto que isso eventualmente venha a ter.

O **Vereador Vítor Bernardo** pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes e disse que não era apenas o deputado António Santos a ter memória, e que se lembrava perfeitamente que no dia 28 de dezembro de 2020 o Ministro João Pedro Matos Fernandes havia dito que o negócio das barragens não era passível de pagamento de impostos.

O **Presidente da Junta de Picote** interveio para dizer que concordava numa coisa com o deputado António Santos, que tem a ver com a antecipação da Ordem de Trabalhos da Convocatória. Afirmou que é um facto que o Movimento é inorgânico e portanto há coisas que não se conseguem controlar, mas concordou com o deputado António Santos no facto de ter sido publicamente divulgada a apresentação sem que os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta e a Digníssima Assembleia tenham tido conhecimento. Lamentou também que, perante um assunto desta grandiosidade e desta importância, não houvesse unanimidade na Assembleia, e exclamou, como dizia um colega deputado naquela Assembleia, que naquele assunto é muito mais o que une do que aquilo que separa. Assim, expressou a sua opinião de não entender o intuito de estar a separar, a dividir, quando o que realmente é importante é que todos se regimentassem em prol daquela luta, que é uma luta não só do concelho, mas de toda a Terra de Miranda.

O **Deputado Tiago Sanches da Gama** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu dizendo que apenas iria focar três pontos.



40
Eust

Uma: que quando o Coronel Beça resolveu colocar a eletricidade dentro das paredes nem toda a gente concordou. Duas: que quando se fez a barragem nem toda a gente estava de acordo. Três: que quando se abriu a fronteira nem toda a gente estava de acordo. Depois, questionou se a agenda desses opositores ao avanço havia resultado e expressou o desejo de que o MCTM consiga alcançar os seus objetivos.

O **Presidente da Assembleia**, que tinha mandado acrescentar este ponto e divulgar para todos os Deputados Municipais e Presidentes de Junta que o Movimento iria estar presente para fazer apresentação do Plano Estratégico, afirmou que não poderia controlar as fugas de informação ou a rapidez com que estas ocorrem para as redes sociais, mas que poderia reencaminhar o e-mail comprovativo do desejo de adequada e atempada informação à Assembleia Municipal.

Concluído o período das intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu prossecução aos trabalhos passando ao ponto número dois da ordem do dia.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses, tendo-se inscrito os a seguir indicados: Fernando Vaz das Neves, Luz de Jesus Guerra João, Clara Inês Lucas Martins, António Preto Mamede, Lísis Fernandes Gonçalves, Maria Virgínia Lopes Preto, José Marcelino Antão, António Manuel Marques dos Santos, Jorge Jacoto Lourenço, Emanuel Pinto Bernardo e Silvino Francisco Preto Silva.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** cumprimentou todos os presentes na sessão e prosseguiu dizendo que era a terceira vez que vinha à Assembleia Municipal com aquela questão de fundo que gostaria de a ver resolvida, não sendo nada pessoal e não tendo nada contra a pessoa em causa. Levantou a questão de se um Deputado Municipal, estando de baixa médica, pode participar na Assembleia Municipal. Afirmou ter seriíssimas dúvidas jurídicas de que mesmo que a baixa média permita sair de casa se poderá participar numa Assembleia Municipal, uma vez que acredita que acaba por ser trabalho. Continuando, afirmou que se a pessoa em causa está impedida de trabalhar, em princípio também deveria estar impedida de participar na Assembleia Municipal. Por outro lado, levantou outra questão séria relativamente ao pagamento de senhas de presença quando o deputado municipal se encontra de baixa médica. Concluindo, deixou o repto à Mesa e ao Executivo de pedir um parecer à CCDD relativamente a este assunto e afirmou preferir pecar por excesso do que por falta.



4
aish

A **Deputada Luz de Jesus Guerra** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu questionando o Executivo relativamente à ETAR de Palaçoulo, uma vez que já passara um ano desde as eleições autárquicas. Continuou dando conta de que o cheiro é muito desagradável e que se trata de um crime de saúde pública. Quanto aos arruamentos, expressou conhecimento de que a rua das Eiricas já iria ser intervencionada e afirmou que a execução dos passeios seria de máxima importância. Continuou dizendo que Palaçoulo tem uma situação de vida diferente, sendo uma aldeia grande e com muitas empresas, e que nem sempre é fácil fazer-se a reciclagem dos resíduos, pelo que se torna urgente a colocação de caixotes de lixo. Por outro lado, lembrou a necessidade das lombas de redução de velocidade, especialmente na avenida da aldeia. Por último, disse que todos estes problemas dizem respeito tanto a Palaçoulo como a Prado Gatão e que a ETAR tem especial urgência.

A **deputada Clara Inês Lucas Martins** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu dizendo que o assunto que a fez intervir tem a ver com a estrada Coronel Eduardo Bessa, que é a estrada que vai desde o Liceu de Miranda do Douro até à parte de trás do supermercado Intermarché. Revelou que esta estrada se encontra em mau estado, apesar de alcatroada, pois apresenta muitos desníveis e buracos. Entende que há um problema porque continuam com a obra, mas que esta estrada está em mau estado havia cerca de um ano. Continuou dizendo que esta estrada é de especial importância para os autocarros escolares e para os pais que levam os filhos à escola, pelo que pediu urgência na resolução deste problema.

O **Presidente da Junta de Vila Chã** usou da palavra com a declaração que a seguir se transcreve. *"Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exa. ma Senhora Presidente da Câmara, Executivo da Câmara, Srs. Vereadores, Srª Secretária, Srs. Secretários, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, e demais presentes. Antes de mais cumprimento e felicito todos os membros desta assembleia, bom dia a todos. Há um ano, nas nossas vidas, que fomos eleitos. Não é tempo de celebrar, mas de nos responsabilizar e tomar consciência do nosso dever de cidadania perante os que nos elegeram. Assim e neste sentido vou fazer uma pequena revisão das necessidades/ exigências e pedidos da minha Freguesia que em outros momentos já, aqui, foram apresentadas (os).*

Em primeiro lugar vou falar do "Problema dos Lixos Urbanos" ou de forma mais estética e aromática falo da "Pedagogia do lixo Urbano". É notório que há uma maior sensibilização para a separação e seleção do lixo e aqui está a Pedagogia. Por isso estou mais uma vez a solicitar ao



Handwritten initials in blue ink, possibly 'E.S.F.' or similar, located in the top right corner of the page.

Executivo um ECOPONTO para Vila-chã, e mais e maiores caixotes do lixo para Vila-chã, Freixiosa e Fonte d'Aldeia para os quais em tempo oportuno foi proposta a localização. Alguém me perguntou de forma lisonjeira se eu queria um caixote à porta de cada pessoa/família... As pessoas com alguma idade e fragilidades têm dificuldades em percorrer distâncias para depositar o lixo.

Outro problema ou dossiê que urge resolver são as ETARS de Freixiosa e de Vila-chã, pois apresentam-se degradadas, com fissuras, com cheiros nauseabundos, com eminentes perigos para a saúde pública e nocivos impactos ambientais.

Outro assunto, outra exigência já aqui apresentada por mim e causou algum alarido, para quando o arranjo de uma nova estrada de Vila-chã- Fonte d'Aldeia, com um traçado e piso novo/ e sustentável? Lamentavelmente é a estrada do concelho mais degradada. A este propósito quero chamar à atenção para as falhas de alcatrão no pavimento da estrada que liga Vila-chã a Freixiosa e também nalgumas ruas das aldeias de Vila-chã e Freixiosa há falhas/ abatimentos do piso que causam alguns constrangimentos na circulação.

Já aqui pedi e chamei à atenção e agora pergunto, para quando a execução da Rotunda à entrada de Freixiosa?

Outro pedido/ outra pergunta: os sinais de trânsito, as bandas redutoras de velocidade em Vila-chã e Freixiosa, quando serão colocadas (os)?

Em Vila-chã "in illo tempore" há vários mandatos, há vários anos, em sucessivas assembleias municipais se falou da tão famigerada "Rua das Pereiras", quando será definitivamente intervencionada, com saneamentos/ passeios, pontos de luz, sinalização...?

Outro ponto/ assunto que quero trazer à reflexão e à corresponsabilização de todos nós, é o problema da **Proteção Civil/ Prevenção** e o que diz respeito aos incêndios. Neste verão na minha freguesia ocorreram 3 incêndios no espaço temporal de 15 dias. Houve muita preocupação e dramatismo, poderiam ter acontecido consequências devastadoras se não fosse a ação pronta e célere dos populares e dos bombeiros.

A minha chamada de atenção é que temos de prevenir mais e melhor. A prevenção faz-se durante o ano através de mais limpezas, aceiros, desmatação com alguma coordenação e diálogo entre partes. É em tempo de paz que se limpam armas e "se previne a guerra"... a guerra dos incêndios. Tenho dito! Obrigado."



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Eust'.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Fernandes Gonçalves cumprimentou todos os presentes e prosseguiu afirmando que a sua intervenção não seria tão elaborada como a anterior. Disse ter-se falado das intervenções e da preparação para combater os incêndios, mas que isso está diretamente ligado à disponibilidade financeira e aos protocolos anteriormente celebrados, e que, tanto quanto sabia, ainda não estavam previstos ajustes consoante o crescimento económico e da inflação. Deixou a questão de se em 2017 o custo de intervenção de qualquer máquina seria o mesmo do que estamos a pagar em 2022 e lembrou que, já que se está prestes a iniciar a preparação do orçamento para 2023, gostaria que se pensasse na atualização dos valores que são atribuídos às juntas de freguesia por protocolos transversalmente ajustados ao crescimento económico e ao valor da inflação. Acredita que, desta forma, se poderá continuar a trabalhar e a apresentar algumas intervenções e lembrou que São Martinho de Angueira e Picote são as duas freguesias que estão em maior risco de incêndio, não só pela grande densidade florestal, mas também pelo abandono das próprias terras agrícolas. Revelou que na sua freguesia se realizou uma intervenção de 86 km e que em 2023 se iria realizar outra, mas que São Martinho é muito grande, pelo que solicitou a executivo uma definição conjunta para uma intervenção pensada e ponderada que perdurasse no tempo. Continuou dizendo que a ETAR em São Martinho também é um problema que está inerente a todas as gerações. Os executivos foram mudando, quer na Junta de Freguesia quer na Câmara Municipal, e o problema mantém-se. Acredita que uma intervenção singela não seria suficiente, e que seria necessária uma numa solução real, exequível e talvez pensar na possibilidade de otimizar uma instalação que está feita há mais de quarenta anos, que funcionava, e fazer uma intervenção a duas partes. Informou que estes pedidos já foram feitos ao Vice-presidente e ao vereador Vítor Bernardo e que tinham sido bem-recebidos, mas questionou quanto à sua execução, pois já um ano havia passado sem levantamentos, sem orçamentos, sem nada. Continuou afirmando que fora prometido um técnico a cada freguesia numa das reuniões com todos os presidentes de junta e que foram visitar as freguesias, mas que de nada serviu. Apenas promessas e nada executado.

Acrescentou que acreditava estar-se perante uma crise energética e que, apesar do Município ter grande disponibilidade de energia, há que a pagar e que sabe que essa entrada tem um grande peso no orçamento de Câmara. Assim sendo, questionou qual seria o plano estratégico do executivo do Município para colmatar o maior crescimento de preço que ainda vamos ter em janeiro e quem sabe ter proibição de iluminação durante a noite toda, como ainda temos. Recordou



Handwritten initials in blue ink, possibly 'E. S. H.' or similar, located in the top right corner of the page.

os tempos de chegar a cada às duas horas da manhã, na aldeia, e que acabava a luz e que ninguém morria. Continuou dizendo que, pelo contrário, hoje temos quase vinte e quatro horas as luzes acesas e que não compreendia o motivo.

A **Deputada Maria Virgínia Lopes Preto** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu agradecendo ao executivo na pessoa da Sr^a. Presidente Helena Barril, do Sr. Vice-presidente Nuno Rodrigues e do Sr. Vereador Vítor Bernardo, o compromisso em assumir o pagamento do alojamento de médicos que venham a assegurar o funcionamento da consulta aberta no centro de saúde de Miranda do Douro, funcionando esta medida como um incentivo para promover a vinda de médicos para o Concelho.

O **Deputado António Santos** disse que gostava de falar de dois ou três pontos que lhe pareciam importantes. Um já fora falado e dizia respeito à participação dos elementos com baixa médica. Afirmou que tinha ficado com a ideia de que já tinha sido pedido um parecer e questionou acerca da execução e resposta a esse pedido. Reafirmou a sua opinião da inexistência de motivo que impeça uma pessoa doente de exercer um direito obtido através de uma eleição livre e democrática, e disse esperar ansiosamente pelo parecer. De seguida, focou-se no trânsito na cidade de Miranda. Referiu que a última atividade que decorrera de ciclismo fora, sem dúvida, uma atividade de vulto, mas levantou a questão do trânsito. Revelou que se observaram carros a passar pela rua que vai dar ao Liceu e que passa no matadouro e disse que aquela via tem de ser urgentemente beneficiada. Carros estrangeiros e espanhóis foram desviados para o interior da cidade e tinham de ir por ali e as pessoas deitavam mãos à cabeça. Assim sendo, deixou a necessidade de repensar essa situação e de criar uma verdadeira alternativa à estrada nacional quando esta por algum motivo tem de ser cortada. Devido a este trânsito anormal, levantaram-se alguns problemas de circulação e alguns problemas de acesso até à cidade, ao próprio centro de saúde, e isso convinha que em termos futuros fosse efetivamente reequacionado. Na sua opinião, essa mesma situação causou também um problema, mais uma vez do estacionamento, na zona antiga. Continuou dizendo que, com o castelo todo ocupado, não havia onde estacionar, pelo que apelou, mais uma vez, a que o arranjo urbanístico que foi feito na parte de trás incluísse uma linha de estacionamento, que poderia vir a resolver o problema daquela gente que vive na Travessa da Esperança. Esclareceu que ali vive muita gente e que é a zona da parte antiga onde se calhar vive mais gente e que estas não têm onde estacionar e que depois estacionam nos sítios ditos proibidos. Prosseguiu levantando dúvidas acerca do impedimento de estacionar rua Abade Baçal



46
Eish

por não ver lá sinais adequados relativamente a isso, mas garantiu que as pessoas têm sido multadas na mesma e que isso tem de ser resolvido.

Por último, elogiou os participantes da formação da associação de Etnia Cigana e revelou ter sabido fazia poucos dias através da comunicação social. Afirmou ser um ato muito importante e que já há anos que andava a dizer que esse tipo de associação fosse criada no sentido de dignificar as pessoas de etnia cigana e facilitar a sua integração. Felicitou quem esteve envolvido nisso, nomeadamente um dos membros da Assembleia aqui presente, o Deputado Urbino Correia, parabenizando-o pela iniciativa e mostrando disponibilidade para futura colaboração.

O **Deputado Emanuel Bernardo** cumprimentou todos os presentes e deu a todos as boas-vindas. Prosseguiu deixando uma nota positiva à ARJM - Associação Recreativa Juventude de Miranda pelo trabalho que desenvolveu na semana da juventude em Miranda do Douro, dizendo que funcionou muito bem e que assim devia continuar. Dada a situação económica que se vive e dada a taxa de inflação, questionou o executivo quanto às medidas de nível social. Fez saber que reconhece que grande parte destas medidas devem ser implementadas pelo poder central, mas que, tendo em conta a situação financeira positiva do Município, acreditava que o Município deveria ajudar neste momento as pessoas que vivem tempos difíceis economicamente. Seguidamente, levantou a temática do matadouro intermunicipal e questionou ao executivo qual a razão pela qual não levou avante o acordo anteriormente estabelecido para a construção do matadouro intermunicipal. Disse que se tratava de um acordo já com vários anos estabelecidos entre presidentes de Câmara e pediu esclarecimentos quanto à alteração da localização do matadouro dentro da vila de Sendim. Acrescentou que, na sua opinião, o executivo se deveria ter valido do trabalho já feito no passado, sabendo da vontade do atual autarca da vila de Mogadouro. Continuou referindo que, na Assembleia de dezembro passado, havia sido dito pela Sr^a. Presidente que tinha muita esperança de que em 2022 estivesse já inaugurado e disse não acreditar que isso fosse possível, mas que esperava que tudo estivesse no bom caminho. Por outro lado, disse já ter saído em Diário da República a construção do matadouro em Mogadouro e perguntou qual a força e o peso político deste executivo a nível distrital e se, caso Mogadouro avançasse com a construção do seu matadouro, continuaria ser viável a construção de um matadouro e qual a localização do matadouro de Miranda, até porque, ao que sabia, já se ouvira falar em matadouro intermunicipal e em matadouro municipal. Disse, também, que no tempo do



Handwritten signature in blue ink, possibly 'ECSH'.

PSD se perdera a Carne Mirandesa e que não queria ver o concelho perder o matadouro, já que o considera importante para o concelho.

O **Deputado Marcelino Antão** cumprimentou todos os presentes e disse todos os dias enfrenta o problema das ETARS. Referiu que a da Especiosa foi canalizada a 1 km ou mais da aldeia, mas que continua com grandes problemas. A de Genísio, desde que foi feita, está a despejar para um ribeiro a cinquenta metros das habitações. Referiu que tem uma propriedade ao lado desta ETAR e que o cheiro não se aguenta. Continuou dizendo que é muito complicado para as pessoas viverem nas imediações e que em anos secos a problemática é maior. Perguntou ao executivo quais as previsões para auxiliar com as máquinas, tais como a motoniveladora para arranjar os caminhos. Referiu que no mês de março teve em visita à freguesia de Genísio e Especiosa uma equipa da Câmara que recebeu e sempre recebe com muito prazer, que mostrou o que seria necessário e que entregou por escrito e em mão ao engenheiro chefe e que até ao dia não obtivera nenhuma resposta. Acrescentou que tem um pequeno projeto para o caminho Genísio - Especiosa e que o irá apresentar brevemente e que necessita da ajuda do Município. Relativamente às lombas, disse que compreende que, dado tratar-se duma estrada nacional, a sua colocação é difícil, mas reforçou a sua importância, especialmente indo de Malhadas e vindo de Caçarelhos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, fez uso da palavra para felicitar o executivo por ter cumprido praticamente um ano de mandato. Referiu que o importante agora é o Município continuar a trabalhar em prol do concelho e poder cumprir os compromissos assumidos perante os Mirandeses e as Mirandesas. Enquanto Presidente de Junta de Picote e Barrocal do Douro, manifestou interesse saber em que ponto estão os arranjos urbanísticos para estas localidades. Já decorreu um ano desde o início do mandato e referiu ser importante começar a trabalhar para que na próxima época do asfalto se pudesse entrar já em obra. Colocou a questão sobre as ARUS tanto para Picote como para o Barrocal e mencionou que há vários problemas com a E-redes, já que o sistema não está a funcionar, nomeadamente o portal onde se registam avarias de iluminação pública. Solicitou ajuda à Câmara para poder resolver este problema e disse que, conforme tinha mencionado o Presidente da Junta de São Martinho, perante uma crise energética que o país atravessa, não seria pertinente voltar atrás, pois também se recordava dos tempos em que se apagavam as luzes às duas horas da manhã. Disse que todos deveriam pensar em medidas para poupar energia e concordou com o que disse o deputado António Santos



Handwritten initials in blue ink, possibly 'J.F.' and 'A.C.'.

relativamente à formação da recente Associação da Etnia Cigana. Disse que a criação desta associação em colaboração com a Câmara é de extrema importância e saudou o grande contributo que foi dado pelo deputado municipal Urbino Correia.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Silva**, Silvino Silva, cumprimentou todos os presentes e felicitou o executivo pelo excelente trabalho que fez em Águas Vivas e Silva em relação ao problema da água. Em Águas Vivas existiam graves problemas de abastecimento no verão, quando a população aumenta com a vinda dos emigrantes e este ano esse problema não existiu.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, Óscar Afonso, começou por dizer que passado um ano após a eleição gostaria que o executivo fizesse um ponto da situação relativamente a alguns assuntos. Por exemplo, relativamente à situação do matadouro, já referido pelo Deputado Emanuel, um assunto que tanto preocupa tendo em consideração os avanços por parte da autarquia de Mogadouro.

Solicitou alguma informação adicional às promessas eleitorais, que foram compromissos com os Mirandeses e Mirandesas, nomeadamente um que lhe diz muito: o seguro municipal. Dada a situação económica que se vive com a inflação significativa e que diminui os rendimentos reais de todos, questionou também acerca do ponto de situação do voucher para o comércio local. Três assuntos: matadouro, seguro municipal e voucher para o comércio local. Adicionalmente, solicitou informação sobre obras que possam estar projetados e mais informação sobre o que se está a pensar fazer.

Acrescentou que na campanha eleitoral tinham prometido ser inclusivos e inclusivos é ser contra os monopólios. Na sua opinião, um dos monopólios o entristece é a Associação da Língua e Cultura Mirandesa (ALCM), porque lhe parece que ninguém pode falar da Língua que não as pessoas da Associação. Acredita a Língua é de todos os Mirandeses e, em primeiro lugar, dos Mirandeses mais humildes. Choca-lhe que a Associação não seja inclusiva ao ponto de não ter os professores que ensinam o Mirandês nas escolas e questionou o executivo sobre a hipótese da criação de um Instituto da Língua Mirandesa, como existe o Instituto Camões para a Língua Portuguesa.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Francisco Parreira, cumprimentou todos os presentes e prosseguiu agradecendo ao executivo a resolução do problema colocado na sessão anterior, que era o transporte das pessoas das aldeias até à cidade. Outro assunto também falado na sessão anterior e que na sua opinião se manteve igual é a recolha do lixo nas aldeias,



CP
E. S. H.

que não é feita uma vez por semana, pelo que os caixotes se mantêm e com muito mau cheiro. Acrescentou que a limpeza da cidade não está a ser feita devidamente pela empresa contratada e que durante o fim de semana não existe limpeza na cidade, o que se torna desagradável para todos e para quem nos visita. Findou questionando a Assembleia sobre medidas conjuntas para mitigar este problema.

O **Deputado Municipal** Fernando Vaz das Neves usou da palavra para dizer que perante as dúvidas de legalidade levantadas sobre os membros da Assembleia Municipal que se encontram em situação de Baixa Médica - Incapacidade temporária para o exercício das funções Públicas - poderem participar nas reuniões da Assembleia Municipal, e correndo-se o risco da reunião da Assembleia Municipal poder vir a ser impugnada legalmente, o Deputado Municipal Fernando Vaz das Neves, entendeu abandonar a reunião, sob pena de eventualmente estar a compactuar com ilegalidades.

A **Presidente da Câmara** Helena Barril cumprimentou todas as pessoas presentes incluindo os elementos do Movimento Cultural Terras de Miranda (MCTM), bem como o público assistente, e disse que é bom que as pessoas tenham o à vontade de estar presentes para ver como funcionam as Assembleias Municipais. Prosseguiu dando conhecimento do que se tem feito estes últimos tempos em termos de projetos e empreitadas que enumerou:

Aguardam procedimento concursal, estando já em fase final os seguintes:

O projeto de Requalificação do rio Fresno que é financiado a cem por cento e cujo valor é de 1.230.000,00€.

Outro projeto financiado a cem por cento é o Pulmão da Cidade e o valor é de 1.176.000,00€.

O projeto "Oito mil Habitantes oito mil árvores para todas as aldeias", e o valor é de 615.000,00€, financiado a cem por cento.

Concluída está a aquisição do Camião Limpa Fossas cuja aquisição orça 315.000,00€ e assim permite dar resposta aos problemas das ETARS.

Adquiriu-se o programa de Telegestão da água, cujo valor foi de 70.000,00€.

Já está concluída a construção do depósito de água potável em Atenor, também financiado.

Disse que todos estes projetos foram feitos em tempo record porque as candidaturas estavam prestes a terminar. Agradeceu a todos os técnicos da câmara pelo seu trabalho e empenho para que isto pudesse ver a luz do dia e esclareceu que o único projeto que vem do anterior executivo é o projeto da ETA de Miranda do Douro, com um valor de 930.000,00€ e ainda em fase de projeto.



Usp
Eust

Continuou referindo que a requalificação da Escola do 1º ciclo, que também vinha do anterior executivo, viu o seu projeto ser alterado por se considerar que era insuficiente, uma vez que não incluía o pavilhão desportivo e que vai passar a incluir. Revelou que o executivo conseguiu resgatar a soma nula, alcançando 618.000,00€ para a requalificação do pavilhão, permitindo recuperar tanto a escola como o seu o pavilhão requalificados. Relativamente ao Centro de Genética, disse já estar em execução e que o executivo se tem dedicado a pressionar junto do empreiteiro para que a obra esteja concluída até junho de 2023.

Transmitiu, também, que o executivo adquiriu a chamada “fábrica do chinês”, um pavilhão com mais de 2500 metros quadrados e que o valor da aquisição foi de 400.000,00€. Disse que a avaliação do imóvel foi de 448.295,00€ e que, após muitas negociações, se alcançou o valor de valor de 400.000,00€.

Relativamente ao matadouro, informou que, neste momento, já tem parecer positivo da DGAV e da DRATM e que os terrenos já se encontram avaliados. Acrescentou que a mudança da localização do matadouro é uma decisão política e que teve a concordância de melhoria tanto da DGAV como da DRATM. Disse que o matadouro continua a ser intermunicipal e que têm o total apoio do Presidente de Câmara de Vimioso e que quaisquer questões relativas ao matadouro de Mogadouro têm de ser dirigidas ao Presidente da Câmara de Mogadouro. Acrescentou que não se lembrava de ter dito que o matadouro iria ser inaugurado em 2022, já que isso seria impossível. Uma obra que será lançada a concurso em 2022 / início de 2023 e com esta envergadura nunca poderá ser e feita em menos de ano e meio a dois anos. Continuando, disse que há muito trabalho que o executivo tem feito, incluído a área social, pois estão atentos às muitas necessidades que lhes vão sendo colocadas. Informou estar disponível para receber toda a gente e que é muito sensível a todas as questões que são colocadas. Disse que, obviamente, algumas vezes não pode ser de resolução imediata, mas que chama os técnicos e que os coloca logo em contacto com as pessoas para encontrar soluções. Manifestou preocupação com a utilização da água e energia elétrica e afirmou conhecer as recomendações do governo para a iluminação das montras e da iluminação da época de Natal. Acrescentou que seria aberto um concurso para a iluminação de Natal e que as iluminações só estarão acesas no período das seis da tarde até à meia-noite.

O **Vereador** António Nuno Rodrigues fez uso da palavra para responder às questões apresentadas pelos Deputados e esclareceu que ia responder um a um.



400
Este

Em relação à questão do Deputado Municipal Fernando Vaz das Neves, disse não poder responder por o parecer ainda não ter chegado às mãos do executivo .

Respondendo à representante da Junta de Freguesia de Palaçoulo, Luz Guerra, disse que nenhuma das ETARS do concelho funciona adequadamente e informou que o camião adquirido começará a limpá-las e pôr as bombas a funcionar. Relativamente à rua das Eiricas, disse que a Câmara pode fazer o passeio à entrada, que é uma coisa mais simples, mas que tudo o que é mais complexo terá de ser numa empreitada. Acrescentou que esta empreitada ainda não fora lançada porque ainda não se conseguiu que as obras lançadas sejam concretizadas e que lançar uma empreitada para ser iniciada só em abril ou maio de 2022 seria desnecessário. Quanto ao lixo, disse que o concelho tem um problema e que, uma vez que pertence à Associação Resíduos do Nordeste, o concurso para uma nova empresa de recolha já foi lançado com o valor de vinte e quatro milhões, mas que ficou deserto. Acrescentou que está novamente a concurso pelo valor de trinta e dois milhões e que, neste momento, não existe contrato com a empresa que está a fazer os trabalhos e que se espera resolver este assunto do lixo durante o ano de 2022. Disse, também, que as lombas redutoras de velocidade já têm o levantamento feito e que vão ser colocadas quatro como experiência.

De seguida, respondeu ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã e disse que o arranjo da estrada Fonte de Aldeia - Vila Chã é um desejo da Câmara para o ano de 2023. Disse, também, que o projeto da Rua das Pereiras tem de se iniciar e resolver durante este mandato. Por outro lado, em relação à proteção e prevenção de incêndios, disse que o executivo se encontra muito empenhado na prevenção, até mais do que na proteção.

Continuou a sua intervenção para dar resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho e disse que o executivo vai apoiar mais as juntas de Freguesia com o FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro. Revelou que algumas Juntas de Freguesia já o pediram, enquanto outras tratariam do protocolo naquele dia e outras estariam atrasadas no pedido.

Relativamente ao dinheiro de 2017, disse não concordar com o proferido e que as Juntas receberam um aumento do último executivo, em 2019 ou 2020, e que a Câmara não está assim tão bem financeiramente como disse, referindo que o FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro - teve um corte de oitocentos mil euros. Disse conhecer o problema da ETAR de São Martinho, que não tem as bombas que devia ter, e que o executivo se encontra a tentar resolver esse problema. Concordou com a hipótese de recolocar a ETAR antiga em funcionamento e disse que já estava



Handwritten signature or initials in blue ink, possibly 'E. P.' or similar, located in the top right corner of the page.

a ser equacionada essa hipótese pelo executivo. Quanto à oferta de um técnico a cada freguesia, disse não saber nada dessa assunto, já que a Câmara tem falta de técnicos.

Dirigindo-se à deputada municipal Virgínia Preto, disse que quando é preciso fazer algo pelo concelho o executivo estará sempre pronto a atuar e a ajudar, pelo que não poderiam dizer que não ao pedido do centro de saúde.

Respondeu, de seguida, às questões do deputado António Santos e disse que, em relação ao trânsito concordava inteiramente, e que fora desagradável para os habitantes, e que a câmara municipal não fora informada pela GNR nem pela organização da prova. Quanto ao estacionamento na parte antiga da cidade, disse ser verdade que se poderiam ter feito alguns estacionamentos nessa parte intervencionada, mas que não lhe parecia bem o executivo estar em funções há um ano e deitar abaixo o que foi feito há dois dias.

Em relação à Associação de Etnia Cigana, quis deixar claro que Câmara não criou nenhuma associação. A Câmara organizou e promoveu a Festa Cigana no Naso, conseguiu trazer o comissário das emigrações e um secretário, mas que não criou esta organização. Como a qualquer outra, parabeniza a criação e prometeu apoiar.

Respondendo ao deputado municipal Emanuel Bernardo, disse que a ARJM promoveu a semana da juventude e que ganhou o orçamento participativo jovem. Em relação ao matadouro, apesar presidente da Presidente da Câmara já ter respondido, frisou que era para ser construído perto do lagar de azeite, mas que foi mudado de local para se situar a sessenta metros da ETAR e evitar, assim, fazer 4 km de conduta ou uma ETAR nova. Fez notar que uma ETAR nova no local onde estava era impossível por não existir linha de água. Relativamente ao matadouro intermunicipal, informou que o único que saiu do acordo foi o Presidente de Mogadouro e diz o fez por já há andar a ser enganado. Disse desconhecer se Mogadouro vai ou não construir o matadouro e que saber não é responsabilidade do executivo de Miranda do Douro, mas assegurou que o matadouro de Miranda do Douro vai avançar e que os pareceres positivos estão todos reunidos e se vai arrancar. Quanto à intervenção do deputado Marcelino Antão, respondeu que as ETARs são para limpar assim que chegue o camião. Informou que o Exército está a efetuar o estudo para depois se realizarem os protocolos e finalmente realizar a intervenção. Continuando, disse que o projeto do caminho depende apenas da junta de freguesia, e que se poderia usar o FEF para o efeito e que este já poderia ter sido pedido e ter-se começado a trabalhar para vir a ser concluído quando as



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Eustáquio'.

máquinas chegarem. Em relação às lombas, disse que, como se trata de uma estrada nacional, a câmara nada pode fazer.

Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote, disse que os arranjos urbanísticos de Sendim, Picote e Barrocal, Prado Gatão, Teixeira e Atenor estão atrasados e que se espera que no início da época seguinte possam começar. Em relação às ARUS, disse que só quando existir o novo PDM. Quanto à E-redes, afirmou conhecer os problemas e disse que já reuniram com o município, pelo que espera que tudo seja resolvido em breve.

De seguida, respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Águas Vivas e Silva, Silvino Silva, disse que o executivo não fez nada de muito complexo relativamente à água, teve apenas cuidado para que não faltasse a água a ninguém no concelho.

Depois, respondendo ao Presidente da Assembleia, explicou que, em relação seguro municipal de saúde, este deverá avançar em janeiro. Quanto ao voucher para o comércio local, ainda é necessário fazer as contas do IMI e criar um regulamento antes de averiguar como se efetuará esse apoio. Informou que, infelizmente, é de prever que apenas estará concluído em meados de 2023. Quanto à Associação da Língua e Cultura Mirandesa (ALCM), disse que o executivo a apoia como a todas as outras associações e que, caso venha a ser criado um instituto para a preservação e promoção da língua mirandesa, não vê motivos para que o Município não a possa apoiar também.

Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Francisco Parreira, disse que a questão dos transportes requereu algum trabalho do município, já que a empresa em questão tem o monopólio dos transportes e é preciso andar sempre em para assegurar um bom serviço. Quanto à recolha do lixo, disse tratar-se de um problema que espera ver resolvido no final do ano com o novo contrato e que a limpeza da cidade poderá passar por um acordo similar ao realizado em Sendim.

O **Vereador** Vítor Bernardo usou da palavra para responder a questões apresentadas pelos deputados, dando as respostas por ordem.

Dirigindo-se ao deputado municipal Emanuel Bernardo, enumerou algumas medidas para combater a inflação: Isenção da Derrama e Taxa de participação de 2.5 % da Câmara em IRS. No entanto, explicou que é uma medida ainda insuficiente, já que o município prescindirá do imposto das pessoas que o pagam, portanto, gente que não paga imposto não vai beneficiar e no concelho de Miranda acaba por ser uma significativa parte da população a ficar excluída.



Edp
E. J. H.

Quanto ao IMI, disse estar no mínimo legal e não se poder baixar mais. Quanto à isenção da Derrama, os CAE - Classificação de Atividade Económica onde estão inseridos os Bancos e Centros Hidro Produtores não estão isentos. Continuando, disse que tem de se criar regulamentos de apoios sociais, mas que a câmara não consegue mexer muito na parte fiscal. Acrescentou que o que o município que pode fazer é dar informação de como as pessoas podem beneficiar da parte do poder central e garantiu que o ia fazer.

Quanto à questão do trânsito levantada pelo deputado municipal António Santos acerca do trânsito, disse que a Câmara tem em curso um estudo de acessibilidades para toda a cidade de Miranda do Douro e enumerou algumas das hipóteses em estudo: avenida Aranda del Duero só um sentido; requalificação da rua 1º de maio; rua das Arribas só com trânsito no sentido descendente por causa da curva cega na entrada; rua do Mercado com trânsito no sentido ascendente. Acrescentou, também, que na próxima assembleia haveria de vir uma proposta a aprovação. Relativamente aos estacionamento, disse que os quatro que existem, incluindo o camarário, serão suprimidos, criando uma praça pedonal maior. Justificou esta opção com os vinte e quatro lugares existentes atrás do edifício da câmara municipal e acrescentou que também se suprimirão os estacionamento em frente à Catedral de Miranda do Douro, por se tratar do único monumento Nacional que da cidade e por estarem quase todos sempre ocupados com carrinhas dos CTT. Sobre este assunto, concluiu que o estudo já está feito, sendo de enorme dimensão e que as intervenções implicarão um grande investimento e uma intervenção faseada.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, explicou que o Fundo de Equilíbrio Financeiro da Câmara é aferido ao penúltimo ano da receita fiscal arrecadada, pelo que o que se vai receber durante o ano de 2022 é o correspondente à receita arrecadada em 2020, um ano catastrófico do ponto de vista económico. Assim sendo, o FEF é de apenas oitocentos mil euros, correspondendo a setenta ou oitenta mil mensais. Prosseguiu a explicação revelando que, no mês anterior à Assembleia, a Câmara terá pagado cento e vinte cinco mil euros de energia elétrica, cinquenta mil dos quais apenas da bombagem de água. Para tentar minimizar este problema, disse que a Câmara tem assessoria jurídica contratada para criar uma unidade de produção e autoconsumo, mas que para isso será necessário proceder à instalação de três mil painéis nas coberturas da Câmara, num projeto de cerca de 1.3 milhões de euros, totalmente financiado. A assessoria jurídica criará todo o tipo de minutas de contrato, tais como os contratos de sociedade e contratos de gestão da eventual comunidade de energias renováveis criado. Para



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'E. S. P.' or similar.

ser possível, este projeto também será realizado faseadamente, explicou, primeiro a unidade de autoconsumo, depois apelar aos habitantes para em vez de pagarem duzentos e cinquenta euros por MW·h à Engie Douro e à Movera pagarem à entidade gestora da comunidade cento e vinte MW·h, que terá o know/how para gerir esquemas de produção de energia elétrica, nomeadamente, a fotovoltaica. Continuou reconhecendo o mau estado de algumas ruas e reforçou que o chefe de divisão das obras foi a todas as Juntas de Freguesia e que tem tudo apontado, mas frisou que o executivo só se encontrava em funções há onze meses e dezoito dias, pelo que ainda só foi possível realizar alguns arranjos e que os rebrandamentos terão de ser arranjos antes do inverno. Explicou que a Câmara é gestora das águas, é gestora em baixa, é gestora em média e em alta, é gestora de todas as águas do concelho. Disse que os grandes gastadores de energia elétrica são as ETAs e as ETARs, mas que com este projeto aglutinador de armazenamento energético em baterias de lítio e energia solar se espera baixar a fatura em 50 %.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, perguntou o que acontecerá ao chorume quando se limparem as ETARs e disse que São Martinho tem solução porque a ETAR antiga funciona e drena muito bem. Esclareceu que quando se referiu aos protocolos estava a falar em relação aos protocolos de transferência de competências, sendo nesses valores que pede uma revisão de valores para ser implementada e sugerida agora no orçamento de 2023. Acrescentou que não está a comparar protocolos isolados que as freguesias recebem. Reforçou que todos os presidentes de junta presentes na reunião se lembram da promessa de um técnico para cada freguesia, técnico este que iria ficar afeto uma freguesia, num acordo alcançado com o vereador Vítor Bernardo.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu ao presidente de junta Lísis Gonçalves que essa informação tinha sido dada pelo Chefe de Divisão das Obras Municipais e nunca pelo próprio.

O **Vereador Vítor Bernardo** continuou as respostas, dirigindo-se à deputada municipal Clara Martins e informando que a Sonorgás se encontra a fazer a instalação da rede de gás na rua Coronel Beça e que não terão aguardado pelo assentar dos solos, pelo que a massa asfáltica foi colocada demasiado cedo e o piso acabou por abater, criando grandes irregularidades. Esclareceu que, assim que acabada a instalação da rede de gás, será colocada a massa asfáltica como deve ser. Adicionou que agora a Sonorgás já apresentou uma garantia bancária de cerca de duzentos mil euros e que, caso não refaçam a deposição de massa asfáltica, a Câmara acionará a garantia bancária e fá-la-á ela própria.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'E. Silva'.

O **Vereador Nuno Rodrigues** pediu o uso da palavra responder ao presidente da junta de freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, e disse os membros do executivo são as primeiras pessoas a achar que o dinheiro dos protocolos é pouco, mas espera alguma compreensão dado o corte de fundos que o Município sofreu. Para compensar os aumentos de custo, reforçou a existência do FEF para atribuir a todas as Juntas e espera vir a rever os montantes dos protocolos num ano ou dois, após uma avaliação da situação económica da autarquia.

Dadas por terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal passou ao assunto seguinte.

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 20 de junho de 2022.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses, não tendo havido inscrições.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Francisco Parreira, sugeriu que o nome dos elementos que votam contra ou se abstenham sejam mencionados.

A ata foi aprovada por unanimidade dos membros que participaram na sessão realizada a vinte de junho de dois mil e vinte e dois, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

4. Minuta de protocolo e apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Sendim e Atenor, no âmbito das atribuições de competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviesses, tendo-se inscrito os a seguir indicados: Luís Miguel Poço Santiago.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, Luís Santiago, cumprimentou todos os presentes e agradeceu à Camara por este protocolo. Referiu que era uma lacuna que tinham em Sendim, dado que o trator que possuíam estava velho. Explicou que o protocolo é para limpeza e manutenção da estrada camarária desde Sendim até ao concelho de Vimioso e que a Junta de Freguesia de Sendim irá cumprir todo o protocolo fazendo sempre o seu melhor.

O **Presidente da Junta de freguesia de Miranda do Douro**, Francisco Parreira, pediu a palavra e disse que, em relação à transferência de competências, existe uma série de incongruências e que já havia expressado essa opinião ao Vereador Nuno Rodrigues. Em relação a este protocolo



Handwritten signature and initials in blue ink, possibly 'L. S.' and 'est'.

com a Junta de Sendim, expressou a sua concordância, mas lembrou que o mesmo deveria ser feito para as demais freguesias e que todas tinham de ser tratadas de igual forma.

O **Vereador Nuno Rodrigues** pediu o uso da palavra e disse, em relação a este protocolo, que já mais freguesias pediram um protocolo e similar e que foram informados de que, se tiverem trabalhos que possam fazer para o município, o poderão fazer. Depois, agradeceu à Junta de Sendim ter-se disponibilizado para fazer a limpeza das estradas municipais da freguesia e informou que o executivo se encontra aberto a realizar protocolos similares com todas as freguesias que o pretenderem.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, felicitou o presidente da junta de Sendim, Luís Santiago, por esta iniciativa e por defender os interesses da freguesia de Sendim. De seguida, perguntou se um protocolo desta natureza excluiria o outro protocolo do FEF já referido várias vezes.

O **Vereador Nuno Rodrigues**, depois de pedir a palavra, esclareceu que este protocolo não exclui os outros protocolos relativos ao FEF.

Terminada a intervenção, foi posto a votação o assunto mencionado em epigrafe, tendo sido aprovado por unanimidade.

5. Apreciação do relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2022;

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que uma das colunas do quadro da página 5 estava mal identificada.

O Órgão deliberativo tomou conhecimento do Relatório de Acompanhamento.

6. Aprovação do PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Miranda do Douro;

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem, tendo-se inscrito os a seguir indicados: Júlio Ricardo Gonçalves Miguel.

O Deputado Municipal, Júlio Miguel usou da palavra com a declaração que a seguir se transcreve. *“Bom dia O plano municipal de emergência e proteção civil nada mais é, de uma forma simples e concisa, de um plano que define a forma em como as diferentes entidades que concorrem no âmbito da proteção Civil se relacionam e articulam em uma qualquer ocorrência. Deverá também*



Handwritten signature in blue ink.

identificar, antecipar e mitigar um possível acidente grave ou catástrofe que possa ocorrer no nosso concelho, sejam eles de origem natural ou tecnológica. Prevê também elaboração e aplicação de cartografia de risco, controlo de combustível, identificação de pontos de água e sua viabilidade, identificação de edifícios devolutos em risco de colapso, de entre tantos outros, no sentido de uma antecipação, preparação, e aumento de capacidade de resposta de todos os intervenientes. Este plano tem uma validade de 3 a 5 anos dependendo da forma como é elaborado, ainda assim, este deve ser atualizado e acompanhado a todo momento através do Serviço municipal de proteção civil. É de extrema importância que este gabinete seja dotado de pessoas com conhecimento na área, dinâmicas e metódicas, que este possua meios próprios para fazer face a uma qualquer ocorrência, mas acima de tudo que consiga antecipar e mitigar o acidente grave. É verdade que o nosso concelho não possui um histórico de grandes incidentes, ainda assim, não é motivo para descorar esta vertente, dela dependem bens e vidas humanas. A Proteção civil somos todos nós, a cada um de nós cabe a responsabilidade de não colocar os demais em risco, e, em caso de acidente prestar o melhor auxílio possível desencadeando o socorro através das linhas criadas para o efeito, no entanto cabe à senhora presidente a responsabilidade de estar atenta às necessidades da segurança das pessoas e bens do seu Município, de delegar na pessoa da Sra. Coordenadora Municipal de proteção civil essa tarefa, que esta tenha a capacidade de cumprir quanto possível o plano aqui apresentado, que esta seja competente naquilo se exige, que não seja apenas mais uma nomeação política, que a ligação com as demais entidades que concorrem no âmbito da proteção civil seja profícua, a bem de todos os mirandeses. Obrigado"

Terminada a intervenção, foi posto a votação o assunto mencionado em epigrafe, tendo sido aprovado por unanimidade.

O **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu a inserção de alguns assuntos na ordem de trabalhos, sob proposta do Órgão Executivo do Município, nomeadamente:

- Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2022;
- Taxa Municipal de Direito de Passagem - Ano 2022;
- Participação Variável no IRS - Ano 2023;
- Pedido de Sinalização - Moradores do Bairro do Juncal - Urbanização do Juncal - Miranda do Douro;



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'F. J. ...' and 'est'.

- Plano Estratégico Para a Terra de Miranda;

Todos os membros presentes na sessão concordaram que fossem integrados na ordem do dia os assuntos acima indicados, sob os números de ordem 7, 8, 9, 10 e 11.

7. Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2022;

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2022.

8. Taxa Municipal de Direito de Passagem - Ano 2022;

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Taxa Municipal de Direito de Passagem - Ano 2022.

9. Participação Variável no IRS - Ano 2023;

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem, mas não se inscreveu nenhum dos membros presentes.

O **Vereador Vítor Bernardo** esclareceu que o montante de participação do Município nestes 5 % corresponde a duzentos e sessenta mil euros e que vão ser devolvidos cento e trinta mil euros aos municípios.

O **Vereador Nuno Rodrigues** disse que este dinheiro que o Município devolve às pessoas na sua opinião ficaria na câmara municipal e que seria distribuído de outra forma, mas que isso seria ilegal. Na sua ideia, a proposta seria cinquenta mil para as juntas de freguesia para arranjos de caminhos e oitenta mil para pagamento da parte das recitas médicas não comparticipada.

Após votação, a Participação Variável no IRS - Ano 2023 foi aprovada por unanimidade.

10. Pedido de Sinalização - Moradores do Bairro do Juncal - Urbanização do Juncal - Miranda do Douro;



Handwritten signature in blue ink.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovado por unanimidade o pedido de sinalização dos moradores do bairro do Juncal em Miranda do Douro.

11. Plano Estratégico Para a Terra de Miranda;

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que no dia dezanove de setembro pediu à secretária da Assembleia para acrescentar este ponto à ordem de trabalhos e divulgar junto dos Presidentes de Junta e dos Deputados Municipais que a apresentação do Plano Estratégico iria ser feita pelo Dr. José Maria Pires durante a Assembleia Municipal. Neste sentido, convidou o Dr. José Maria Pires, membro do Movimento Cultural da Terra de Miranda (MCTM), a apresentar o Plano Estratégico Para a Terra de Miranda.

O **Dr. José Maria Pires** cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal, Óscar Afonso, o convite. Explicou que faz muitas intervenções públicas, mas a intervenção na Assembleia Municipal de Miranda do Douro é a que mais o honra em toda a sua carreira profissional, pessoal e académica. Afirmou ser, também, a que lhe dá mais orgulho e alegria e lembrou que o MCTM é apertidário e inclusivo, querendo trabalhar com todos e todas, independentemente dos partidos e procurando sempre a construção do futuro. De seguida, através duma apresentação de diapositivos de PowerPoint, fez a apresentação do Plano Estratégico para a Terra de Miranda, que se encontra anexo a esta ata.

Terminada a apresentação do Plano Estratégico para a Terra de Miranda e, pelo facto de a Presidente da Câmara Municipal ter um compromisso com um canal de televisão pouco depois, passou-se de imediato ao ponto 12, deixando os comentários acerca do ponto 11 para depois.

12. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, passou a palavra à Sr.^a **Presidente da Câmara Municipal**, para elucidar a respeito das matérias que constam na sua informação, tendo abordado resumidamente assuntos contidos na informação apresentada nesta sessão, a respeito dos que todos os membros deste órgão deliberativo ficaram



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Eust'.

cientes. Informou, também, que: estão a ser feitas obras no interior do edifício do Posto Zootécnico de Malhadas; que a Câmara celebrou com os Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro um novo protocolo para a aquisição de uma viatura para transporte de doentes não urgentes; que a beneficiação da Casa dos Magistrados está em fase de adjudicação; que vai ser lançada a empreitada da requalificação da rua da Costanilha e que está tudo pronto para iniciar a obra na casa onde se encontram os editais.

Dada a hora e o compromisso inadiável em representação do Município, a Presidente pediu licença ao Presidente da Assembleia Municipal e ausentou-se, tendo deixado os Vereadores presentes encarregues de responder a todas as perguntas dos membros da Assembleia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem, referente ao ponto 11, tendo-se inscrito os a seguir indicados: Jorge Lourenço e António Santos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, começou por dizer que a sua intervenção era na qualidade de membro fundador do Movimento Cultural da Terra de Miranda. Vendo presentes alguns elementos que fazem parte do Movimento, lançou um repto ao deputado municipal António Santos que, perante a apresentação levada a cabo pelo Dr. José Maria Pires, não deveria haver dúvidas quanto à unanimidade e sobre a importância deste Plano para a Terra de Miranda e, portanto, ainda haveria tempo para rever a sua posição. Continuou dizendo que aquilo que o MCTM melhor poderia deixar seria um plano ou um documento desta natureza. Acrescentou que, independentemente de às vezes haver alguma incerteza de para onde vai o dinheiro, sempre defendeu que este deveria ir para a autarquia, ou então para uma fundação ou instituto que se venha a criar. Disse que esta análise, este plano no interior do país, nunca se fez com a profundidade que este foi feito, e ainda por cima de forma *pro bono*. Disse não saber quanto poderia custar um estudo desta natureza, mas afirmou acreditar ser bastante caro e frisou a importância que tem este advir da sociedade civil e de as instituições locais o poderem acolher como um documento estratégico, daquilo que é o desenvolvimento não a curto prazo, mas a médio e longo prazo, para se poder recuperar os anos de declínio, de perda de população e de perda de desenvolvimento, sob pena de hipotecar o futuro, o futuro de filhos e de netos. Voltou a afirmar que o MCTM deu um contributo extraordinário para aquilo que é o um movimento da sociedade civil, tendo conseguido demonstrar ao país a capacidade da sociedade civil para mobilizar os



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and the name 'Eraldo' below it.

partidos, para mobilizar a população para uma causa que é a causa de todos nós e do nosso futuro. Mais uma vez, deixou o apelo para que houvesse um voto de louvor fortalecido pela unanimidade de aclamação e deu os parabéns ao Dr. José Maria Pires e ao MCTM pelo trabalho desenvolvido.

O **Deputado Municipal** António Santos fez uso da palavra e disse que os consensos têm de se conseguir falando e que naquele dia isso não ocorrera. Disse que os deputados do PS foram surpreendidos com aquela situação e que compreendia que a culpa não havia sido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas que o facto é que a bancada fora surpreendida nas redes sociais com aquela situação. Disse que essas situações devem ser trabalhadas e faladas para se gerarem consensos. Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Lourenço, esclareceu que, em vez de a proposta ter sido feita no princípio, se tivesse sido feita no fim, se calhar se teria outro resultado. Acrescentou que a proposta de louvor deveria também ter sido falada previamente e que poderia ter sido apresentada em conjunto. Explicou que, pessoalmente, e com os colegas de bancada, imperou um sentimento de exclusão no processo, pelo que não podem colaborar e votar favoravelmente a esse louvor, uma vez que não foram reunidas as condições necessárias. Reiterou que este facto não tem nada a ver com o MCTM, a quem agradeceu a presença e a quem disse partilhar inteiramente dos objetivos de luta. Relativamente ao Plano propriamente dito, comentou ser um documento bem elaborado, estratégico, bem pensado e que conhece a realidade, tendo deixado dois pequenos reparos.

Estranhou apenas se ter abordado ao de leve a questão do Coronel Beça e da fronteira, uma vez eu esta é das grandes mais-valias que Miranda do Douro tem. Na sua opinião, a fronteira dá uma realidade completamente diferente de outras terras por aí fora a Miranda do Douro, sendo de relevar a elencagem que a fronteira trouxe à cidade.

Também estranhou não se fazer referência ao comércio no plano estratégico, nem esta palavra surgir uma única vez. Disse que Miranda do Douro cresceu a partir dos anos oitenta / noventa pelo *boom* do comércio e que foi pela quantidade de comerciantes que aqui se fixaram, que foram capazes de atrair famílias e de atrair gente, que o desenvolvimento chegou. Durante os anos oitenta / noventa foi o *boom* do comércio, e afirmou que, muito antes de conhecer Miranda do Douro, já se lia nos jornais a questão da "*Andorra portuguesa*". Assim sendo, não só neste Plano, mas da parte dos políticos, tanto do executivo em funções como o anterior, não tem sido bem defendido o comércio. O comércio é essencial para Miranda do Douro porque Miranda do Douro



Estf

com um comércio saudável e forte é geradora de riqueza que se vai repercutir em todas as aldeias, na criação de gado, na agricultura, nos restaurantes, nos hotéis. Tudo isto é uma máquina económica que está toda ligada. Da sua parte, afirmou que gostaria de ver ali refletida a importância do comércio e, já que durante a apresentação se falou dum exemplo alentejano, deixou a sugestão de o estudar e de se o que ali se passou, porque ali não há barragens, mas mesmo assim nalguns dos indicadores conseguiram dar a volta, sendo, portanto, um caso de estudo. Para terminar, referiu que um fator que teve um impacto grande na redução da população em Miranda do Douro foi o encerramento da Universidade, que havia atraído para Miranda do Douro muita família, muita construção. Com o fim da Universidade, a coisa descambou, e Miranda está na situação que está. Concluiu dando os parabéns pelo documento, que afirmou ser muito válido, esperando seja adotado enquanto programa de ação.

O **Presidente da Assembleia** Óscar Afonso disse que na questão dos louvores Observou que o comércio é muito importante, muito relevante, e que Sendim é um exemplo paradigmático, mas que, sem agricultura e sem se aproveitarem as vantagens comparativas no vinho e na produção de carne, não será fácil evitar a estagnação económica. Lamentou o abandono pelas entidades políticas, sejam centrais sejam locais, e deixou um repto para que todos refletissem.

O Dr. **José Maria Pires** agradeceu ao deputado municipal António Santos e a todos os intervenientes e disse o Plano é e sempre será algo incompleto, e é por isso que se coloca à discussão pública. Disse que todos os contributos são muito bem-vindos e que há muitas coisas que não estão no plano. Pediu a todos para lerem o Plano, de forma a dar a volta à regressão económica e para se manterem juntos, enviando sugestões para o Plano.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão eram 13 horas e quinze minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal



A Secretária da Sessão

Elsa Pires
